ANÁLISE DA QUINZENA

Cacau: perspectivas de recuperação da liderança mundial

O ano de 1977 poderá constituir-se em novo e importante marco para a cacauicultura nacional pelos eventos que ocorrem nos planos doméstico e internacional. A possibilidade da receita cambial proveniente do cacau e seus derivados atingir a cifra inédita de US$ 800 milhões significa a assunção do cacau ao 3º posto na nossa lista de produtos exportáveis. Se as oportunidades de mercado que ora se apresentam, suscitarem tomadas de decisão racionais e realistas, o cacau poderá se manter numa posição de grande destaque em anos futuros. Neste sentido, o lançamento do Programa Nacional de Expansão da Cacauicultura (PROCACAU) parece configurar justamente uma correta avaliação das perspectivas futuras do mercado, por parte dos responsáveis pelos destinos da cacauicultura. O PROCACAU representa um esforço de planejamento desta cultura para a próxima década, a fim de que o país reassuma a liderança no mercado internacional.

A saga do cacau, até mesmo por sua relativa longevidade, merece um retrospecto. De seu primeiro plantio em 1746 no Sul da Bahia, o cacau viveu marchas e contramarchas, reflexos quase sempre dos acontecimentos mundiais. Para o mercado internacional têm sido voltados todos os fatos da economia cacaueira desde a sua implantação. Como consequência,a parte Sul do estado da Bahia assistiu, ao longo de dois séculos, o desenrolar de eventos geo-sócio-econômicos, épicos nas suas origens, tecnológicos em fases mais recentes, razão porque hoje hospeda, segundo seus historiadores,uma"civilização regional".

A cacauicultura brasileira se explica em duas grandes fases. No século XVII, foram exportadas as primeiras partidas da região amazônica, principal produtora. A partir de 1880, a Bahia assumiu a hegemonia, detendo atualmente 96% da produção brasi-

leira. Do percentual restante, o estado do Espírito Santo é responsável por 3,4%.

No período de 1860 a 1910, o acontecimento de maior importância econômica foi o deslocamento da cultura, nativa da América, para a África Ocidental, que assumiu a liderança da produção mundial, até então nas mãos do Equador, Venezuela e Trinidad.

A forte instabilidade da demanda mundial,e consequentes flutuações da produção, consubstanciaram os inúmeros ciclos de euforia e depressão, vividos pela cacauicultura baiana principalmente a partir de 1912, quando passou a ser a principal atividade econômica do Estado.

Nos três últimos quartos de século, inúmeras foram as medidas tomadas pelos governos federal e estadual e pela classe produtora: criação do Instituto do Cacau da Bahia (1931); estabelecimento do Conselho Consultivo dos Produtores; formação da 1a. cooperativa de produtores de cacau; criação da Comissão de Comércio de Cacau da Bahia-COMCAUBA (1949). Esses órgãos vêm desempenhando papel importante em reduzir as crises sucessivas que atingem a região, fruto quase sempre da enorme dependência às imposições dos países consumidores, que controlam a comercialização no plano internacional.

A crise de 1957, causada por fatores notoriamente conhecidos - baixa nos preços internacionais e distorções de ordem estrutural do sistema produtivo - resultou em medida decisiva que viria revolucionar a sistemática de produção do cacau: a criação do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira, sob responsabilidade de uma Comissão Executiva (CEPLAC). A base financeira do Plano foi instituída no mesmo Decreto que criou a CEPLAC, através do Fundo para Recuperação Econômico-Rural dos Cacauicultores, no montante de Cr$ 1,0 milhão (preços de 1957).

No plano da comercialização, naquele mesmo ano, houve a intervenção da Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil - CACEX - que passou a ser a vendedora única no período compreen

dido pelas safras 57/58 a 60/61, a fim de obter uma ordenação mais rígida das operações no mercado internacional. Naquela ocasião, a incumbência de disciplinar as ofertas de todas as entidades exportadoras era da alçada da COMCAUBA. Passado o período de intervenção direta, cuja atuação em nada alterou a estrutura de compras das entidades, prevalecente na época, esse órgão voltou ao papel de mero controle dos preços para registro.

Após 4 anos de sua criação, a CEPLAC chegou a conclusão que o simples fornecimento de crédito subsidiado aos produtores não contribuia em nada para eliminar a estagnação tecnológica da lavoura cacaueira. Concluiu também que o "know-how" de que dispunha era extremamente precário para ser transmitido aos produtores. Desse balanço crítico, resultaram duas decisões fundamentais para a revolução tecnológica do sistema produtivo: 1a) a obtenção de recursos financeiros não-fixos nominalmente, para evitar a corrosão inflacionária. O novo sistema proporcionou retenção de um percentual (atualmente 10%) do valor da receita cambial do cacau em amêndoas e dos produtos processados (torta, manteiga, "liquor", pó de cacau e outros) ; 2a) criação do Centro de Pesquisas do Cacau (CEPEC).

De posse das novas condições de trabalho, além dos programas nas áreas de extensão, fitossanitária e de adubação, a CEPLAC passou a desenvolver intenso programa de implantação e renovação de cacauais, dentro de uma tecnologia autóctone. No período 1966/76, foram implantados 58.091 ha de novos cacauais e 10.164 ha de renovação, que no conjunto representam cerca de 15% da área total plantada no País. Deve-se destacar que um cacaual novo ou renovado com variedade híbrida representa um aumento de produtividade acima de 200%, passando o produtor a colher até 100 arrobas de amêndoas secas por hectare ao invés de 30 arrobas, rendimento físico de um cacaual velho.

Na medida que esse progresso se verificava no setor produtivo, do lado da comercialização não se evidenciava nenhuma mudança, continuando a suceder crises periódicas. Neste aspecto, muito há que ser feito para assegurar a boa fé das transações comerciais a fim de consolidar o desenvolvimento do setor produtivo. Somen

te nos últimos anos tem se processado real modernização do sistema transacional, em termos de rapidez de decisão, nas entidades que operamna àrea de exportação (ICB, Cooperativas e empresas exportadoras). Através dessa modernização, poder-se-á captar na hora certa as oportunidades de preços, diante do mercado consumidor, altamente estruturado no campo da comercialização.

No plano mundial, do lado da oferta, o crescimento anual da produção tem sido da ordem de 1,7%, referente à produção média dos quadriênios 1960/61-1964/65 (1.231.400 t longas) e 1970/71 -1974/75 (1.460.200 t longas). A taxa positiva de crescimento da produção mundial tem se verificado graças aos incrementos individuais das safras brasileira e da Costa do Marfim, que no período comparado apresentaram crescimentos médios anuais de 5,5% no Brasil e de 7% na Costa do Marfim. Gana, o principal produtor mundial, no mesmo período apresentou um decréscimo médio anual da ordem de 1,4%. A Nigéria que há muitos anos vinha se posicionando no 2º lugar, apresentou pequeno incremento na produção (2,2% a.a.). O aumento na produção de Camarões e dos países restantes (Equador, México etc.) tem sido da ordem de 3% a.a.

Do quadro acima, fica evidenciado um certo arrefecimento na expansão da cacauicultura africana (à exceção da Costa do Marfim), que por razões de instabilidade política em determinados casos, ou de ordem econômica (petróleo), ou pelas distorções estruturais do complexo produtivo/comercial, assoberbado por rigoroso controle estatal, não tem apresentado os níveis de produção esperados. Em anos recentes, as condições climáticas adversas, prevalecentes na África, têm sido fator mais direto da quebra de safras.

Diante das perspectivas sombrias da produção africana, espera-se que seja bastante crescente a participação do Brasil na oferta mundial. Com base em projeções efetuadas pela Organização Internacional do Cacau (OIC), a CEPLAC estima que a produção mundial em 1984/85 será de 2,0 milhões t de cacau em amêndoas. A participação do Brasil, naquela safra, seria de 19,0%, em comparação à média de 15,5% no triênio 1972/73 a 1974/75, quando a produção mun-

dial média foi de 1.443.000 t. O incremento da produção brasileira no período em tela, seria então de 157.000 t, representando 70% a mais do que a produção do triênio 1972/73-1974/75.

Do lado da demanda, os estudos levados a efeitos pela OIC sobre a evolução do consumo dos principais países desenvolvidos, chegaram à idêntica conclusão: o consumo em 1985 oscilará entre 1,95 a 2,05 milhões t, com os preços do cacau em amêndoa situando-se na faixa de US$ 0,415 a US$ 0,560 por libra-peso.

A escalada de preços ocorrida no mercado internacional, a partir do 2º semestre de 1976, certamente introduziu novas influências que não haviam sido consideradas na projeção da faixa de preços mencionada acima.

Após a safra de 1974/75 (1.546.000 t), próxima do recorde, as subsequentes vêm declinando, principalmente a de 76/77 - decréscimo de 11,4% em relação à maior produção - e a safra atual (77/78), em que se prevê queda na oferta mundial, em virtude das condições climáticas (seca) na África, e da ocorrência da "podridão parda" no Brasil. Esses fatos, aliados à nova estratégia mercadológica imprimida por Gana e Nigéria (ausentes do mercado à menor tendência de queda nos preços), provocaram profunda reviravolta no mercado internacional, com a cotação do cacau em amêndoa atingindo cifras inéditas em 1977, acima de US$ 2,00/libra-peso, o que representa mais de três vezes os preços vigentes em janeiro de 1976.

A tendência declinante do setor produtivo tem provocado intensa preocupação nos países consumidores, que vêm operando com estoques abaixo do nível ótimo e, a longo prazo, temem por uma ociosidade maior de seu parque industrial. Comissões da OIC, representando os países consumidores, têm visitado os principais centros produtores, a fim de verificarem "in loco" as causas de quebra de produção e de conhecerem os planos de trabalho governamentais para expansão e aperfeiçoamento da cultura.

Paralelamente, ocorrem as negociações para es-

tabelecimento das novas bases do Acordo Internacional do Cacau.

Historicamente, as tentativas iniciais de administração da oferta e demanda do produto remontam ao começo da década de 60, quando os países que detêm 85% da produção mundial - Gana, Nigéria, Brasil, Costa do Marfim e Camarões - no final das negociações havidas à época, fundaram a Aliança dos Países Produtores de Cacau.

Em 1972, após inúmeras tentativas mal sucedidas, os principais países produtores em reunião com os maiores consumidores (à exceção dos EUA) decidiram subscrever um Acordo Internacional do Cacau, ora em vias de renovação, e mediante o qual se espera estabilizar os preços máximos e mínimos do cacau em amêndoa. Além da estabilização de preços, o Acordo, em suas cláusulas, prevê a fixação de cotas de exportação e a formação de um estoque regulador ("buffer stock"), a fim de equilibrar o fluxo de oferta, no caso de fortes oscilações de preços no mercado.

A mais recente reunião do Conselho Internacional do Cacau realizou-se em Londres, fins de julho, com a presença de 42 países. Em relação a preços de referência para a formação de estoques reguladores, não se chegou a nenhum consenso. A proposta feita pelo presidente do Comitê Executivo de US$ 0,65/libra-peso para o mínimo e US$ 0,81 para o máximo, não foi aprovada nem pelos países produtores nem pelos consumidores. Embora o Brasil aceitasse negociar a faixa, os países africanos resistiram, recebendo no final o aval do Brasil, partidário que era da decisão em bloco.

Diante do impasse, a Aliança dos Países Produtores resolveu convocar reunião extraordinária para os dias 19 e 20 de setembro, em Lomé. Caso não se chegue a um denominador comum nessa reunião, o que depende principalmente dos países africanos, o Acordo prevê a prorrogação por mais 2 anos da atual faixa US$ 0,39 - US$ 0,55/libra-peso para compra e desova dos estoques, respectivamente, tendo em vista que o prazo para a decisão expira em 30/09.

No estabelecimento das cotas-básicas para a sa

fra 1977/78, a participação do Brasil permaneceu a mesma (17,7%), com direito à exportação de 226.000 t. A não alteração do percentual brasileiro deveu-se ao fato de que o cômputo foi feito com base nas médias de produção do período de 1971 a 1975. Haverá modificação da participação brasileira apenas para a safra 78/79, quando o aumento de nossa produção e o decréscimo da produção africana forem incorporados aos cálculos.

O fato mais importante das recentes reuniões do Comitê Executivo da OIC foi a declaração individual dos países africanos afirmando não haver interesse de que o Mercado Comum Europeu (MCE) mantenha ou imponha obstáculos à entrada do cacau processado brasileiro. Esta conquista da delegação brasileira, poderá constituir-se na ampliação do mercado europeu para os derivados de cacau de procedência brasileira.

A aplicação prática de tal resolução por parte do MCE resultará em redução ou virtual eliminação das tarifas de importação dos derivados de cacau exportados do Brasil. Com isso, crescerá a vantagem relativa das exportações sob a forma industrializada, que atualmente já conta com benefício fiscal compensatório. Resta saber se a posição relativa entre exportadores de amêndoas e de semi-industrializados não deva ser preservada, a fim de que não se atribua vantagem desproporcional à exportação dos derivados de cacau.

No setor da industrialização interna para exportação, profundas modificações têm ocorrido na presente década, com a ampliação da capacidade instalada e com os projetos de novas indústrias, já aprovados. As indústrias já instaladas, a saber - 1) em Salvador: Barretto de Araujo S.A. (815.532 sacas de 60 kg de amêndoas/ano de 10 meses); Chadler Industrial S.A. (433.200 sacas); Joanes Industrial S.A. (489.228 sacas); 2) em Ilhéus: Cacau Industrial e Comercial S.A. (468.000 sacas); Barretto de Araujo Produtos de Cacau S.A. (600.000 em ampliação para 1.000.000 sacas) - perfazem um montante de 2.805.960 sacas. Os projetos aprovados (Manoel Joaquim de Carvalho Cia. Ltda - 500.000 sacas; Itaísa, da Cooperativa Central do Cacau - 500 mil sacas - ambos os projetos em Ilheús), somados aos já instalados, re

resentarão, em futuro próximo, uma capacidade instalada de 4.205.960 acas, acima dos níveis atuais de produção nacional de amêndoa.

O impulso que vem sofrendo o setor industrial, reflexo do apoio governamental para exportação preferencial de produtos com maior valor agregado, vem causando apreensões no setor produtivo, temeroso de se configurar numa situação oligopsônica à semelhança do que vem ocorrendo com o parque extrator de suco de laranja, em São Paulo.

Por outro lado, o rítmo de expansão do setor industrial poderá levar à situação indesejável de ociosidade da capacidade instalada, caso haja quebra de safras, o que implicará em aumento dos custos médios industriais. Não foram consideradas ainda as possíveis reações dos industriais no exterior, cujas unidades foram instaladas para o processamento do cacau em amêndoas.

No que se refere ao consumo interno, que vem sendo objeto de campanhas anuais para seu incremento, através do Comitê Nacional de Expansão do Consumo Interno de Chocolate (CONEC), os resultados têm sido altamente vantajosos. No período compreendido entre 1972 - ano inicial da campanha - e 1976, o crescimento do consumo per capita foi de 43,0%. Em vista desse excelente desempenho, o CONEC resolveu prorrogar o término da campanha, prevista para encerrar em 1976, por mais um período de 5 anos.

A ampliação do mercado interno pode ser considerado fato sócio-econômico de elevada importância, desde que constituirá sempre em alternativa para oscilações de preços no mercado internacional.

A próxima década há de se caracterizar por acontecimentos marcantes, principalmente em relação aos nossos principais concorrentes africanos - nações recém-emancipadas, ora em processo de consolidação, o que significa instabilidade política com reflexos negativos em suas economias.

Assim, o tempo e o momento político africano trabalham em favor de nossa cacauicultura. A conjunção desses fatos, fundamentada na tecnologia da CEPLAC, consubstancia todo um quadro propício ao êxito do PROCACAU, e prenuncia a certeza da recuperação da liderança mundial, prevista para 1990.

*****
****
***
**
*